



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número \_\_\_\_\_ / x ( \_\_\_ª)

PERGUNTA Número 1054 / x ( 1ª)

Expeça-se
Publique-se
27 1 1 / 2009
O Secretário da Mesa

Assunto: **Trabalhadores com subsídio de Férias e Natal em atraso no complexo da Portucel em Setúbal**

Destinatário: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,

Os trabalhadores da limpeza industrial do complexo da Portucel em Setúbal estão com uma parte do subsídio de férias e do subsídio de Natal em atraso.

Estes trabalhadores, alguns dos quais laboram no complexo há mais de quinze anos, trabalham em empresas sub-contratadas pela Portucel que se sucedem umas às outras, transitando os trabalhadores de empresa prestadora para empresa prestadora. Em Setembro de 2009 a empresa ISS deixou o serviço e foi substituída pela Limpersado, com trânsito dos trabalhadores de uma empresa para a outra, assumindo esta a responsabilidade dos compromissos com os trabalhadores.

No entanto a Limpersado não cumpre os compromissos. Pagou apenas 4/12 do Subsídio de Férias e de Natal (aquilo que em sua opinião corresponde ao período de Setembro a Dezembro), querendo descartar-se do restante. Com esta atitude está a pressionar os trabalhadores a saírem da empresa. Nos quatro casos em que os trabalhadores saíram da empresa, a Limpersado acabou por assumir o pagamento dos subsídios em falta, comprovando o compromisso existente.

Os trabalhadores da limpeza industrial, actualmente ao serviço da Limpersado, com salário ao nível do salário mínimo nacional, são assim privados de recursos essenciais para a sua vida. Nesta situação de violação dos direitos mais elementares, de flagrante incumprimento da lei, os trabalhadores recorreram à greve, não tendo havido intervenção efectiva das entidades públicas para resolver o problema.

Este problema, que ocorre no complexo industrial da Portucel, um dos grupos económicos mais





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

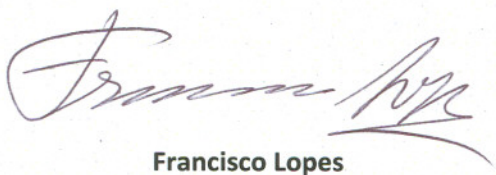
importantes do País, com trabalhadores que, pela sua actividade profissional e pelos largos anos a que a prestam, deviam fazer parte do quadro dessa empresa, são um exemplo da exploração dos trabalhadores, do abuso, da ilegalidade, dum situação inaceitável.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, seja respondida a seguinte pergunta:

1. Tomou o Governo alguma medida para acabar com este inaceitável ataque aos direitos dos trabalhadores que lhes retira meios de sustento que lhe são devidos pelo trabalho prestado?
2. Considera o Governo aceitável que estas situações se verifiquem sem intervenção das entidades a quem cabe assegurar a efectivação da legislação do trabalho?
3. Que medidas pensa o Governo tomar para que seja pago a parte do subsídio de Férias e de Natal em atraso a estes trabalhadores?

Palácio de S. Bento, 27 de Janeiro de 2010

Os Deputados



Francisco Lopes



Paula Santos



Bruno Dias